AVISO Nº 51/CGJ/2024

Avisa sobre a disponibilização da modalidade de alvará para recebimento por chave Pix CPF/CNPJ no Sistema Informatizado para Controle dos Depósitos Judiciais – SISCONDJ-DEPOX.

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 32 do [Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais](#), aprovado pela [Resolução do Tribunal Pleno nº 3](#), de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO os termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 328/2022, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e o Banco do Brasil, para a comunhão de esforços com vistas ao desenvolvimento de solução que permita o intercâmbio de dados entre os seus sistemas, visando a automação do processamento de ordens relativas a depósitos judiciais, compreendendo, dentre outros, o pagamento de alvarás para levantamento de valores havidos em contas judiciais;

CONSIDERANDO a implementação da versão 2.3.0 do Sistema Informatizado para Controle de Depósitos Judiciais – SISCONDJ-DEPOX, e a disponibilização de modalidade de pagamento de alvarás judiciais por meio da chave Pix CPF/CNPJ;

CONSIDERANDO o que ficou consignado no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0584316-80.2022.8.13.0000.

AVISA aos juízes e juízas de direito, aos servidores e servidoras do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG e a quem mais possa interessar, que está disponível no Sistema Informatizado para Controle dos Depósitos Judiciais – SISCONDJ-DEPOX a modalidade de alvará para recebimento pela chave Pix do beneficiário, de seu procurador ou de seu representante legal.

AVISA, ainda, que o pagamento de alvará por Pix somente pode ser feito usando-se a chave CPF/CNPJ, devendo o alvará ter apenas uma solicitação de pagamento, no valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo que este limite será aumentado gradualmente conforme a evolução no uso da modalidade.

AVISA, ademais, que, sendo opção do interessado o recebimento por Pix, a expedição do alvará deverá ser feita selecionando-se o tipo de finalidade Pix, informando-se os dados do beneficiário e/ou procurador e/ou representante legal, preenchendo-se no sistema SISCONDJ-DEPOX as demais informações necessárias à expedição, de modo que o sistema carregará e apresentará para seleção no campo “Chave PIX CPF/CNPJ” todos os CPFs/CNPJs informados, devendo-se escolher a chave indicada para o recebimento da solicitação.

AVISA, por fim, que as demais formas de levantamento, para crédito em conta no Banco do Brasil ou em outra instituição financeira, continuam disponíveis.

Belo Horizonte, 23 de outubro de 2024.

Desembargador ESTEVÃO LUCCHESI DE CARVALHO
Corregedor-Geral de Justiça